

**ANEXO G - GLOSSÁRIO****CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]**

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E APOIO À VISITAÇÃO (i) DO PARQUE ESTADUAL DO BELÉM MANOEL PITTA, (ii) DO PARQUE DA JUVENTUDE, DOM PAULO EVARISTO ARNS, (iii) DO PARQUE ECOLÓGICO DO TIETÊ - NÚCLEO DE LAZER ENGENHEIRO GOULART, (iv) DO PARQUE ENGENHEIRO ANTONIO ARNALDO DE QUEIROZ E SILVA - NÚCLEO DE LAZER VILA JACUÍ, (v) DO NÚCLEO DE LAZER MARIA CRISTINA HELLMEISTER DE ABREU E (vi) DO NÚCLEO DE LAZER ITAIM BIACICA**

**SÃO PAULO**

**GLOSSÁRIO**

1.1. Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

<b>ACORDO TRIPARTITE</b>	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO E.
<b>ADJUDICATÁRIA</b>	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios.
<b>ANEXOS</b>	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
<b>APÊNDICES</b>	Conjunto de documentos de apoio aos ANEXOS, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO.
<b>ÁREA DA CONCESSÃO</b>	Área objeto de delegação mediante CONTRATO DE CONCESSÃO, cujo perímetro encontra-se descrito no ANEXO A.
<b>ARSESP</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, que figura no CONTRATO na condição de interveniente anuente.
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada em [•], para tornar público o modelo desta CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS.
<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>	Documento contendo a aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas na ÁREA DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e dos ANEXOS.
<b>B3</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.
<b>BLOCO DE CONTROLE</b>	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
<b>BENS DA CONCESSÃO</b>	Bens afetados à CONCESSÃO, conforme CONTRATO e ANEXOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
<b>BENS REVERSÍVEIS</b>	São os BENS DA CONCESSÃO, transferidos à CONCESSIONÁRIA ou por ela adquiridos, implantados ou construídos que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO e nos termos deste, de modo a garantir a continuidade da exploração da ÁREA DE CONCESSÃO.
<b>CADE</b>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
<b>CADIN ESTADUAL</b>	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI**

<b>CADMADEIRA</b>	Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047/2008.
<b>CDPED</b>	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
<b>CEEP</b>	Cadastro Estadual de Empresas Punidas.
<b>CEIS</b>	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
<b>CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA</b>	Período de 4 (quatro anos) que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO e perdurará por 4 (quatro) anos – momento em que será iniciado o SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
<b>CNEP</b>	Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
<b>CNIA</b>	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
<b>COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO</b>	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, além de conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
<b>CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou CONCESSÃO</b>	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo ESTADO, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS
<b>CONCESSIONÁRIA</b>	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO constituída pela LICITANTE VENCEDORA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE.
<b>CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO</b>	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, na forma do EDITAL.
<b>CONPRESP</b>	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
<b>CONSULTA PÚBLICA</b>	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
<b>CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO</b>	Contrato de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, por meio do qual é conferido, pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, o direito de exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, pelo PRAZO DA CONCESSÃO, para a realização de atividades de conservação, operação, manutenção, realização de investimentos e exploração econômica da ÁREA DA CONCESSÃO, observadas as condições estabelecidas neste CONTRATO e nos ANEXOS.
<b>CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS</b>	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018.
<b>CONTROLE ou CONTROLADORA</b>	Observados os termos do art. 116, da Lei Federal 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
<b>CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO</b>	Cronograma integrante do PLANO DE INTERVENÇÕES, a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, contendo o detalhamento, por

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI**

	meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas, que foram definidos com base no CONTRATO e especialmente no ANEXO B.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA</b>	Valor de contraprestação pública, conforme PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA quando da LICITAÇÃO.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA</b>	Valor máximo mensal de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, sobre o qual incidirá o desconto ofertado pelas LICITANTES em suas PROPOSTAS COMERCIAIS.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA</b>	Valor apurado mensalmente, conforme regramento previsto no ANEXO C.
<b>CPP</b>	A Companhia Paulista de Parcerias – CPP que figura no CONTRATO na condição de interveniente garantidora.
<b>CREDENCIAMENTO</b>	Procedimento realizado pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, nos termos do EDITAL, para representação das LICITANTES em todos os atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
<b>DADO PESSOAL</b>	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
<b>DATA DE ASSINATURA</b>	Data da assinatura do CONTRATO.
<b>DATA DE ENTREGA DAS PASTAS</b>	Data prevista no preâmbulo do EDITAL na qual as PASTAS devem ser entregues na PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3.
<b>DATA ROOM</b>	Local, no sítio ELETRÔNICO ([•]), onde os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS e outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
<b>DIRETOR DA SESSÃO</b>	Representante da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento da PROPOSTA COMERCIAL, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
<b>DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO</b>	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no Envelope de Credenciamento, nos termos do EDITAL.
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no Envelope de Habilitação, relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, na forma do EDITAL.
<b>DOE/SP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>EDITAL</b>	O EDITAL de Concorrência Internacional nº [•]/[•] e todos os ANEXOS.
<b>ESTADO</b>	O Estado de São Paulo.
<b>EVENTO DE DESEQUILÍBRIO</b>	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
<b>FINANCIADORES</b>	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras no financiamento.
<b>GARANTIA OU GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARSESP e do PODER CONCEDENTE, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO.
<b>GRUPO ECONÔMICO</b>	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976. São igualmente considerados GRUPO ECONÔMICO as empresas ou

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI**

	fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, ou acionistas (estes últimos com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento. Finalmente, as empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade da execução do objeto do CONTRATO, que contribuirá, para determinar o valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos termos do ANEXO C.
<b>INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</b>	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão ou entidade análogos, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
<b>INTERVENTOR</b>	Pessoa, colegiado, empresa ou grupo de empresas que, conforme designação em decreto do Governador do Estado de São Paulo, será responsável por realizar a intervenção na CONCESSÃO, com o fim de assegurar a prestação do serviço adequado e o fiel cumprimento dos termos deste CONTRATO e da legislação aplicável.
<b>INTERVENÇÕES</b>	São todas as obras civis, atividades de restauro, montagem de estruturas ou qualquer outra forma de intervenção referente aos INVESTIMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS, aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e aos INVESTIMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS na ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>INVENTÁRIO</b>	Arrolamento dos BENS REVERSÍVEIS a ser elaborado e mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
<b>INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS</b>	São os investimentos mínimos exigidos da CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO, os quais deverão ser realizados nos termos do ANEXO B.
<b>INVESTIMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS</b>	Compreendem todos os investimentos não exigidos no âmbito da CONCESSÃO, de livre escolha da CONCESSIONÁRIA e que podem ser realizados por sua conta e risco.
<b>LICITAÇÃO</b>	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº [●]/[●], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
<b>LICITANTE VENCEDORA</b>	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
<b>MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3</b>	ANEXO contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DA PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização da LICITAÇÃO sob assessoria da B3.
<b>ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO</b>	Valor resultante da aplicação de alíquota de [●]% ([●]) sobre a RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser recolhido à ARSESP
<b>OUVIDORIA</b>	Plataforma a ser disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA para que os USUÁRIOS dos PARQUES possam formular críticas, sugestões e reclamações com vistas à prestação do SERVIÇO adequado.
<b>PARQUES ou PARQUES</b>	O Parque Estadual do Belém Manoel Pitta, o Parque da Juventude, Dom Paulo Evaristo Arns e o Parque Ecológico do Tietê - Núcleo de

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI**

<b>ESTADUAIS</b>	Lazer Engenheiro Goulart, o Parque Engenheiro Antonio Arnaldo de Queiroz e Silva – Núcleo de Lazer Vila Jacuí, o Núcleo de Lazer Maria Cristina Hellmeister de Abreu e o Núcleo de Lazer Itaim Biacica, conforme perímetros descritos no ANEXO A.
<b>PARTES</b>	O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
<b>PARTES RELACIONADAS</b>	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
<b>PARTICIPANTE CREDENCIADA</b>	Sociedade corretora ou distribuidora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S) para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>PASTA</b>	Conjunto de arquivos digitais enviados por meio da PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3, contendo documentos específicos de acordo com sua finalidade, classificados como PASTA A, PASTA B ou PASTA C. Cada pasta corresponde, respectivamente, à GARANTIA DA PROPOSTA, DECLARAÇÕES E CREDENCIAMENTO; à PROPOSTA COMERCIAL; e aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das LICITANTES. As pastas devem ser enviadas de forma segura e íntegra, observando os requisitos de confidencialidade e inviolabilidade definidos no edital.
<b>PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO</b>	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação do PODER CONCEDENTE, dispondo sobre processo de desmobilização das atividades da CONCESSIONÁRIA ao final da CONCESSÃO, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir o contínuo e adequado desenvolvimento das atividades que o CONCEDENTE reputa cabíveis.
<b>PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO</b>	Plano a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO B.
<b>PLANO DE INTERVENÇÕES</b>	Plano a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, contendo todas as INTERVENÇÕES, conforme a disciplina do CONTRATO, do ANEXO B.
<b>PLANO DE SEGUROS</b>	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão permanecer válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
<b>PLANOS</b>	O Plano Diretor dos PARQUES, , e o Estatutos de Operacionalização e Uso dos PARQUES no qual se estabelecem, dentre outros, o zoneamento e as normas que disciplinam o uso da área e o manejo dos recursos naturais.
<b>PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3</b>	Plataforma de leilões administrada pela B3 e que receberá e custodiará os documentos da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL de acordo com as orientações contidas no ANEXO II – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
<b>PODER CONCEDENTE</b>	O Estado de São Paulo, representado pela da SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - SPI.
<b>POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
<b>PRAZO DA CONCESSÃO</b>	O prazo de [●] ([●]) anos, contado da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.
<b>PROGRAMA DE</b>	Termo de <i>Compliance</i> elaborado pela CONCESSIONÁRIA e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI**

<b>CONFORMIDADE</b>	aprovado pela ARSESP, para prever mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade
<b>PROPOSTA COMERCIAL ou PROPOSTA</b>	Proposta na qual foi apresentado, em termos de desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL.
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
<b>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
<b>RECEITAS</b>	Todas as receitas brutas auferidas pela CONCESSIONÁRIA, sejam elas decorrentes de exploração direta ou indireta de atividades na ÁREA DA CONCESSÃO.
<b>RECEITA BRUTA</b>	Compreende a somatória das RECEITAS e dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA recebidos pela CONCESSIONÁRIA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</b>	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
<b>REPRESENTANTE CREDENCIADO</b>	Representantes autorizados pela LICITANTE para a prática de atos durante as SESSÕES PÚBLICAS e em todas as etapas desta LICITAÇÃO.
<b>RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E MEMORIAL DESCRITIVO</b>	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pela ARSESP contendo o registro instalações, equipamentos, bens e edificações existentes na ÁREA DA CONCESSÃO na ÁREA DA CONCESSÃO cuja posse direta e controle serão transferidos à CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
<b>REVISÃO EXTRAORDINÁRIA</b>	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARSESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
<b>REVISÃO ORDINÁRIA</b>	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INTERVENÇÕES, PLANO DE SEGUROS e quaisquer condições do CONTRATO às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO.
<b>SEMIL</b>	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.
<b>SPI</b>	SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS
<b>SERVIÇO</b>	São as atividades de conservação, operação, manutenção, realização de investimentos e exploração econômica da ÁREA DA CONCESSÃO que são objeto do CONTRATO.
<b>SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	Sessão pública presencial para a abertura e classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS e prática dos demais atos previstos no EDITAL para a sessão.
<b>SESSÃO PÚBLICA</b>	Demais sessões públicas presenciais para prática de atos pertinentes à LICITAÇÃO previstos no EDITAL.
<b>SOCIEDADE DE</b>	Sociedade por ações, constituída na conformidade da lei brasileira,

<b>PROPÓSITO ESPECÍFICO</b> ou <b>SPE</b>	com a finalidade específica de prestar os serviços objeto da presente <b>CONCESSÃO</b> .
<b>SUCESSORA</b>	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, a <b>ÁREA DA CONCESSÃO</b> , ou órgão ou entidade da <b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> do <b>ESTADO</b> que suceda a <b>CONCESSIONÁRIA</b> original.
<b>TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA ÁREA DA CONCESSÃO</b>	Documento assinado pelas <b>PARTES</b> que formaliza transmissão da posse direta e do direito de controle sobre a <b>ÁREA DA CONCESSÃO</b> , permitindo o início de sua operação pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> .
<b>TERMO DE FISCALIZAÇÃO</b>	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas na <b>ÁREA DA CONCESSÃO</b> , que a <b>ARSESP</b> deverá encaminhar à <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do <b>CONTRATO</b> .
<b>TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO</b>	Documento emitido quando da extinção da <b>CONCESSÃO</b> , sendo cumpridas todas as condições determinadas no Termo de Recebimento Provisório, ou adimplidas as eventuais indenizações.
<b>TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO</b>	Consiste na transferência da <b>CONCESSÃO</b> à <b>SUCESSORA</b> , observados os termos do <b>ANEXO E</b> .
<b>TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO</b>	Qualquer modificação de composição societária, alteração de acordo de acionistas, ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique transferência do <b>CONTROLE</b> direto da <b>CONCESSIONÁRIA</b> , observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
<b>TRIBUNAL ARBITRAL</b>	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos da Cláusula [●].
<b>UNIDADES GERADORAS DE CAIXA</b>	Ativo ou grupo de ativos cuja exploração seja realizada no intuito de geração de <b>RECEITAS</b> .
<b>USUÁRIOS</b>	Toda pessoa física que realize visita à <b>ÁREA DA CONCESSÃO</b> .
<b>VALOR ESTIMADO DO CONTRATO</b>	Valor correspondente ao somatório dos investimentos iniciais em ativos fixos ( <b>CAPEX</b> ) e dos custos de reinvestimentos s projetados para todo o <b>PRAZO DA CONCESSÃO</b> , atualizados a valor presente.
<b>VERIFICADOR INDEPENDENTE</b>	Empresa contratada pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , cujas atribuições e qualificação mínima estão previstas no <b>CONTRATO</b> .
<b>VISITA TÉCNICA</b>	Visita à <b>ÁREA DA CONCESSÃO</b> com o objetivo de possibilitar ao interessado a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgar convenientes para a elaboração da sua <b>PROPOSTA DE PREÇO</b> .